

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.404 - MG (2019/0197337-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **KEEP MANUFATURA DE ROUPAS LTDA**
ADVOGADO : **CECILIA ELIZABETH PORTO MORENO - ADMINISTRADOR**
JUDICIAL - MG036294

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO com fundamento na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 284):

"Agravo interno - Agravo de instrumento não conhecido - Artigo 1.015, do Código de Processo Civil - Hipóteses de cabimento - Taxatividade - Admissão do IRDR de tema 33 - Recurso especial afetado ao julgamento repetitivo - Impossibilidade de retroação dos efeitos - Perda de objeto - Ineficácia da tutela de urgência - Recurso ao qual se nega provimento.

1. O Código de Processo Civil vigente alterou as diretrizes anteriores, porquanto limitou as hipóteses em que é possível a interposição do agravo de instrumento.

2. Diante da perda de um dos requisitos do IRDR 33, não é o caso de seguir a tutela de urgência deferida para conhecer do agravo de instrumento, em ações de recuperação judicial e de falência, quando o único fundamento contrário for a taxatividade do rol do artigo 1.015, do Código de Processo Civil."

Em suas razões, a recorrente aponta violação do art. 1.015, parágrafo único, do CPC/2015, argumentando, em suma, o cabimento de agravo de instrumento contra *"decisão que concedeu a recuperação judicial [...], sem a exigência da apresentação da certidão de regularidade fiscal"* (e-STJ, fl. 300).

É o relatório.

O presente recurso se volta contra acórdão que entendeu pelo não cabimento de agravo de instrumento contra decisão - proferida nos autos da concordata suspensiva convolada em falência ajuizada pela recorrida - que homologou os cálculos apresentados pela síndica com relação ao crédito da União e deram por encerradas as obrigações com a Fazenda Nacional, cuja matéria é de competência da Primeira Seção e de suas respectivas

Superior Tribunal de Justiça

Turmas, tendo em vista a presença de Ente Público na demanda, conforme o disposto no artigo 9º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, (v.g. CC 150.050/DF, Relator o Ministro Og Fernandes, DJe de 9/5/2017).

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília/DF, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator